

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.548.247 - SP (2019/0214217-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**AGRAVANTE** : **INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE SAO PAULO**  
**IPREM**  
**PROCURADOR** : **ADRIANE MIRANDA SARAIVA - SP108280**  
**AGRAVADO** : **NADIA MORAES DOS SANTOS**  
**ADVOGADO** : **NADIA MORAES DOS SANTOS (EM CAUSA PRÓPRIA) -**  
**SP366151**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo manejado pelo INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE SÃO PAULO (IPREM) contra decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que não admitiu recurso especial interposto com fulcro na alínea "a" do permissivo constitucional, o qual desafia acórdão assim ementado. (e-STJ fl. 375).

PENSÃO POR MORTE. Filha solteira, com menos de 24 anos cursando universidade. A lei aplicável ao benefício previdenciário de pensão por morte é aquela vigente à data do óbito do segurado. Lei Municipal nº 10.828/1990 e Súmula 340 STJ. Pagamento da pensão até a conclusão do curso universitário. Lei nº 9.717/98 que apenas impediu os entes da federação a concessão de benefícios distintos dos previstos no Regime Geral de Previdência Social. Precedentes. Danos morais não caracterizados. Mero dissabor que não configura danos morais. Correção monetária e juros de mora. Tema 810 do STF. Sentença reformada em parte. Recurso conhecido e parcialmente provido.

Embargos

declaratórios não providos (e-STJ fls. 389/393).

No especial obstaculizado, a parte recorrente sustenta violação do art. 5º da Lei Federal 9.717/1998 e do art. 2º, § 1º, da LICC, porquanto ausência de previsão legal para benefício de pensão por morte para filho universitário maior de 21 (vinte e um anos) de idade, uma vez que lei federal derogou lei local em sentido contrário.

Contrarrazões foram apresentadas.(e-STJ fls 432/438).

Passo a decidir.

Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC". (Enunciado Administrativo 3).

Feito esse registro, observa-se que não merece prosperar a presente irresignação.

Com efeito, a parte recorrente sustenta que a concessão do benefício previsto no art. 8º da Lei municipal 10.828/1990 violaria o disposto no art. 5º da Lei 9.717/1998 e no art. 2º, § 1º da LICC.

Ocorre que, "a partir da Emenda Constitucional 45/2004, este Sodalício deixou de ser competente para a apreciação da demanda, visto que a análise de lei local contestada em face de lei federal é matéria de cunho constitucional, atribuível, portanto, ao Supremo Tribunal Federal" (AgRg no AREsp 98.895/SC, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 21/3/2012).

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PENSÃO POR MORTE. SOBRINHO. CONTROVÉRSIA RESOLVIDA COM BASE EM LEGISLAÇÃO LOCAL. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME EM RECURSO ESPECIAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 280/STF. DISSÍDIO PREJUDICADO.

1. O exame da controvérsia, tal como enfrentada pelas instâncias ordinárias, exigiria a análise de dispositivos de lei local, pretensão insuscetível de ser apreciada em recurso especial, conforme a Súmula 280/STF ("Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário.").

2. Ademais, "a desconformidade da legislação local com o disposto na Lei n. 9.717/98 e na Lei n. 8.213/91 converge à existência de conflito entre lei local e lei federal, questão que só pode ser resolvida pelo Supremo Tribunal Federal, pois trata-se, em última análise, de matéria constitucional relacionada ao pacto federativo (art. 102, III, alínea "d", da CF)" (AgRg no REsp 1.366.339/MS, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 04/06/2013, DJe 10/06/2013).

3. Pelos mesmos motivos, segue obstado o recurso especial pela alínea c do permissivo constitucional, sendo certo que não foram atendidas as exigências dos arts. 541, parágrafo único, do CPC e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1.263.805/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, julgado em 21/06/2018, DJe 26/06/2018).

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. PENSÃO POR MORTE. LIMITE DE 24 ANOS PARA BENEFICIÁRIO ESTUDANTE. MORTE DO SEGURADO QUANDO EM VIGOR A LEI ESTADUAL 3.309/93. LEI ESTADUAL COMPLEMENTAR 113/2005. EXAME DE LEGISLAÇÃO ESTADUAL. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 280/STF, POR ANALOGIA. LEI LOCAL, CONTESTADA EM FACE DA LEI FEDERAL. HIPÓTESE DE CABIMENTO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ART. 102, III, D, DA CF/88. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Agravo interno aviado contra decisão monocrática publicada em 19/03/2018, que julgou recursos interpostos contra acórdão e decisão que inadmitira Recurso Especial, publicados na vigência do CPC/2015.

II. No caso dos autos, o recorrente aduziu negativa de vigência ao art. 5º da Lei 9.717/98, diante da impossibilidade de o Estado pagar pensão por morte a beneficiário de ex-servidor público, tendo em vista que as disposições da Lei estadual 3.309/93 e da Lei Complementar estadual 113/2005 concedem benefício previdenciário diverso do previsto no Regime Geral de Previdência Social, o que violaria dispositivo de lei federal, a saber, a Lei 8.213/91 e a Lei 9.717/98.

III. O Tribunal de origem decidiu a controvérsia invocando a Lei Complementar estadual 113/2005 e a Lei estadual 3.309/93, a última agora contestada, em face de leis federais.

IV. A revisão da conclusão do Tribunal de origem - feita com base na interpretação do direito local (Lei estadual 3.309/93 e Lei Complementar estadual 113/2005) - é vedada a este Superior Tribunal de Justiça, em decorrência da aplicação do disposto na Súmula 280/STF ("Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário").

V. Na forma da jurisprudência, "o exame da controvérsia, tal como proposta pelo recorrente e enfrentada pelas instâncias ordinárias, exigiria a análise de dispositivos da Lei Estadual nº 3.309/93, pretensão insuscetível de ser apreciada em recurso especial, conforme a Súmula 280/STF ('Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário')" (STJ, AgInt no AREsp 1.059.245/SE, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 10/11/2017).

VI. Ademais, após a edição da Emenda Constitucional 45/2004, a competência para julgar as causas decididas, em única ou última instância, quando a decisão recorrida julgar válida lei local, contestada em face de lei federal, foi transferida para o STF, nos termos do art. 102, III, d, da CF/88.

VII. Segundo a jurisprudência desta Corte, "a desconformidade da legislação local com o disposto nos arts. 5º da Lei n. 9.717/98 e 74, inciso II, da Lei Federal n. 8.213/91 converge à existência de conflito entre lei local e lei federal, questão que só pode ser resolvida pelo Supremo Tribunal Federal, pois trata-se, em última análise, de matéria constitucional relacionada ao pacto federativo. Não foi por outro motivo que a Emenda Constitucional n. 45/2004 passou para o Supremo Tribunal Federal a competência para apreciar, em recurso extraordinário, as decisões que julgarem válida lei local contestada em face da lei federal (art. 102, III, alínea 'd', da CF)" (STJ, AgRg no REsp 1.366.339/MS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 10/06/2013).

VIII. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1.256.432/SE, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, Segunda Turma, DJe 27/08/2018).

Ademais, o exame da controvérsia, tal como enfrentada pelas instâncias ordinárias, exigiria a análise de dispositivos de lei local, pretensão insuscetível de ser apreciada em recurso especial, conforme a Súmula 280/STF – "Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário".

Ante o exposto, com base no art. 253, II, "a", do RISTJ, CONHEÇO do agravo para NÃO CONHECER do recurso especial. Caso exista nos autos prévia fixação de honorários sucumbenciais pelas instâncias de origem, majoro, em desfavor da parte recorrente, em 10% (dez por cento) o valor já arbitrado (na origem), nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo, bem como os termos do art. 98, § 3º, do mesmo diploma legal. Suspensa a exigibilidade por tratar-se de beneficiário de justiça gratuita, conforme dicção do art. 98, § 3º, do mesmo diploma legal.

Intimem-se.

Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator